

Sarney promete apoiar quem não aceitar a incorporação

O presidente do PDS, senador José Sarney (MA) informou, ontem, que o seu partido apoiará qualquer medida legislativa que vise a assegurar o direito de os filiados do PP que não aceitarem a incorporação ao PMDB, ingressarem em qualquer outro partido. Acredita; entretanto, que não haverá necessidade dessa medida e que a interpretação jurídica do Tribunal Superior Eleitoral deverá acatar o parecer encomendado pela direção do PDS ao advogado Célio Silva, ex-procurador da Justiça do Distrito Federal.

Por esse parecer, se o eleitor pode levar o tempo de sua filiação para o novo partido resultante da fusão ou para o partido incorporador, também poderá levá-lo para qualquer outro partido que vier a escolher, "caso não se ponha de acordo com a fusão ou com a incorporação, principalmente se a mesma lhe foi imposta de cima para baixo". Argumenta o jurista que não se poderá dar tratamento diferenciado aos filiados de um mesmo partido, posto que "os filiados a um partido têm iguais direitos e deveres" (Lei 5.682, art. 3.º, parágrafo único).

O presidente do PDS, contudo, frisou que não apresentaria proposta para garantir o direito de opção do filiado que é contra a incorporação do seu partido, "apenas a apoiaria". Ele não quis comentar se o PDS encampará a emenda ao "pacote" de reforma eleitoral do governo apresentada pelo deputado Joacil Pereira (PDS-PB) e que trata especificamente desse assunto.

A emenda do deputado paraibano, a de n.º 156, reza em seu parágrafo terceiro que "o filiado que não concordar com a fusão, ou incorporação, poderá desligar-se do

seu partido e ingressar em outro, podendo por este candidatar-se a cargo eletivo, independentemente de prazo de filiação, ou de quaisquer outras restrições legais". Fontes seguras do governo adiantaram, entretanto, que essa emenda será aproveitada pelo relator da matéria, deputado Ernany Sátiro (PDS-PB), no substitutivo que acrescentará ao pacote eleitoral do governo.

GOVERNADORES

O deputado José Carmargo (PDS-SP), autor da emenda constitucional que permite a reeleição dos governadores de Estado, disse ontem não ter a menor dúvida de que a matéria será aprovada pelo Congresso Nacional. A emenda foi colocada na pauta da sessão do Congresso Nacional, do dia 22 de abril, e conta, em princípio, com o apoio de 148 deputados e 27 senadores, "que assinaram o documento, antes de o mesmo ser encaminhado à mesa da Câmara".

José Camargo entende que a emenda receberá o sinal verde do Palácio do Planalto, por várias razões. Ela abre uma gama de possibilidades de o PDS manter o governo da maioria dos Estados brasileiros. Ontem, durante as poucas horas que passou em Brasília, Camargo manteve contatos com dirigentes do PDS e, ao embarcar de volta a São Paulo, disse que o seu partido dará apoio à iniciativa.

— A minha emenda é a única chance de o PDS ganhar as eleições para governador na maioria dos Estados, inclusive, em São Paulo. É pelo que senti, nos contatos que venho mantendo com meus colegas de Congresso Nacional, não tenho dúvidas que ela passará até mesmo com certa tranquilidade.